

Relatório e Contas 2013

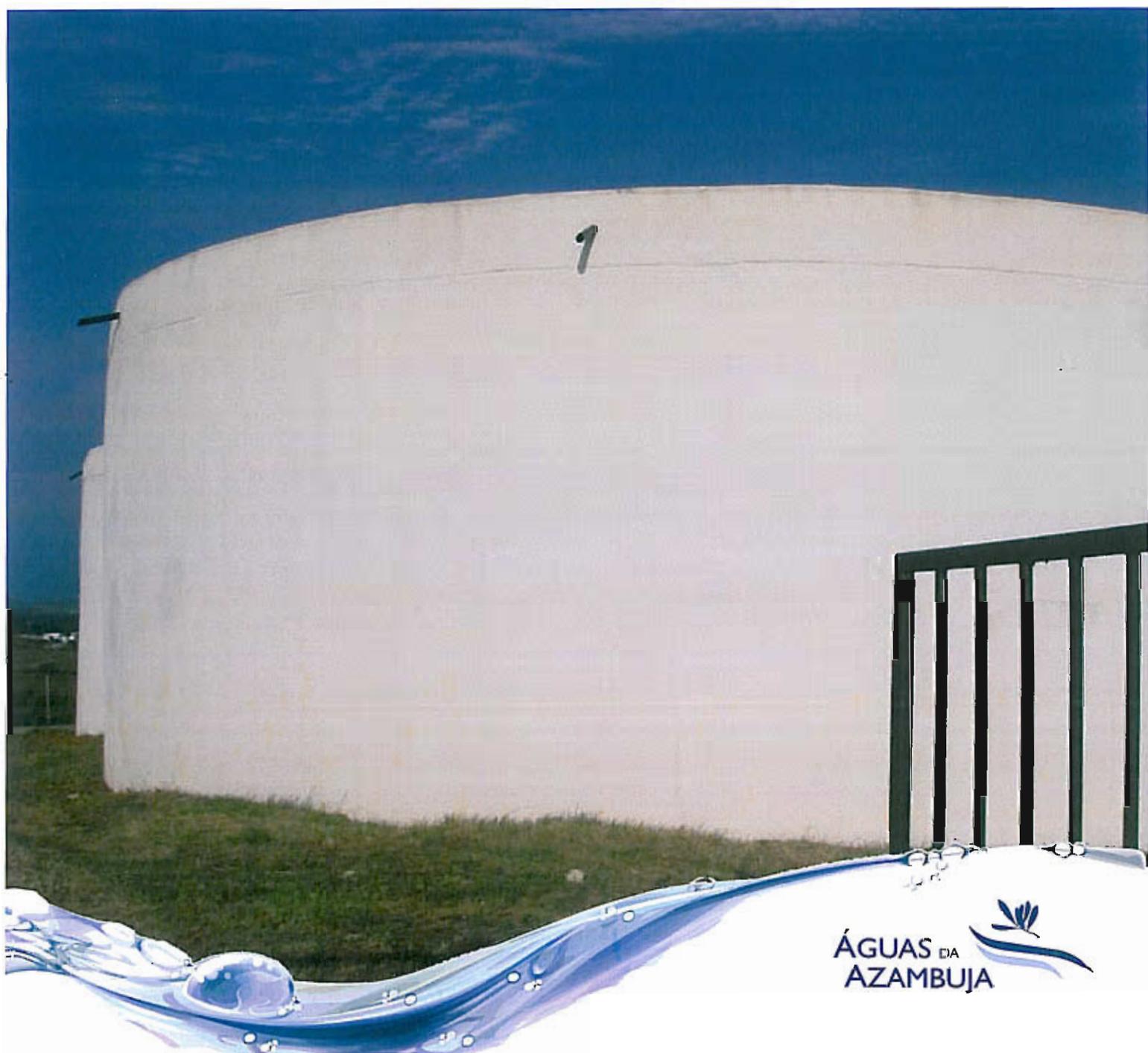


8 d

Índice

Síntese de Dados/Indicadores	1
Mensagem do Presidente	3
Apresentação da Empresa	4
Breve Historial	4
Estrutura Acionista	5
Órgãos Sociais	5
Missão e Posicionamento Estratégico	7
Missão	7
Visão	7
Valores	7
Objetivos Estratégicos	7
Síntese de Atividade em 2013	9
Envolvente Exterior	9
Enquadramento Macroeconómico do Sector	9
Estrutura Organizacional	13
Organograma	13
Competências	13
Recursos Humanos	16
Regras Societárias	17
Principais Acontecimentos em 2013	17
Factos Relevantes	17
Desempenho da Empresa	19
Análise Económico Financeira	27
Análise de Gastos e Rendimentos	27
Análise do Balanço	30
Indicadores Económico-Financeiros	31
Perspetivas para o Futuro	32
Considerações Finais	33
Outras Informações	34
Proposta de Aplicação de Resultados	35
<hr/>	
Contas do Exercício de 2013 e Respetivo Anexo	36
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Natureza	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
Anexo às Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal das Contas	

Síntese de Dados/Indicadores



SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

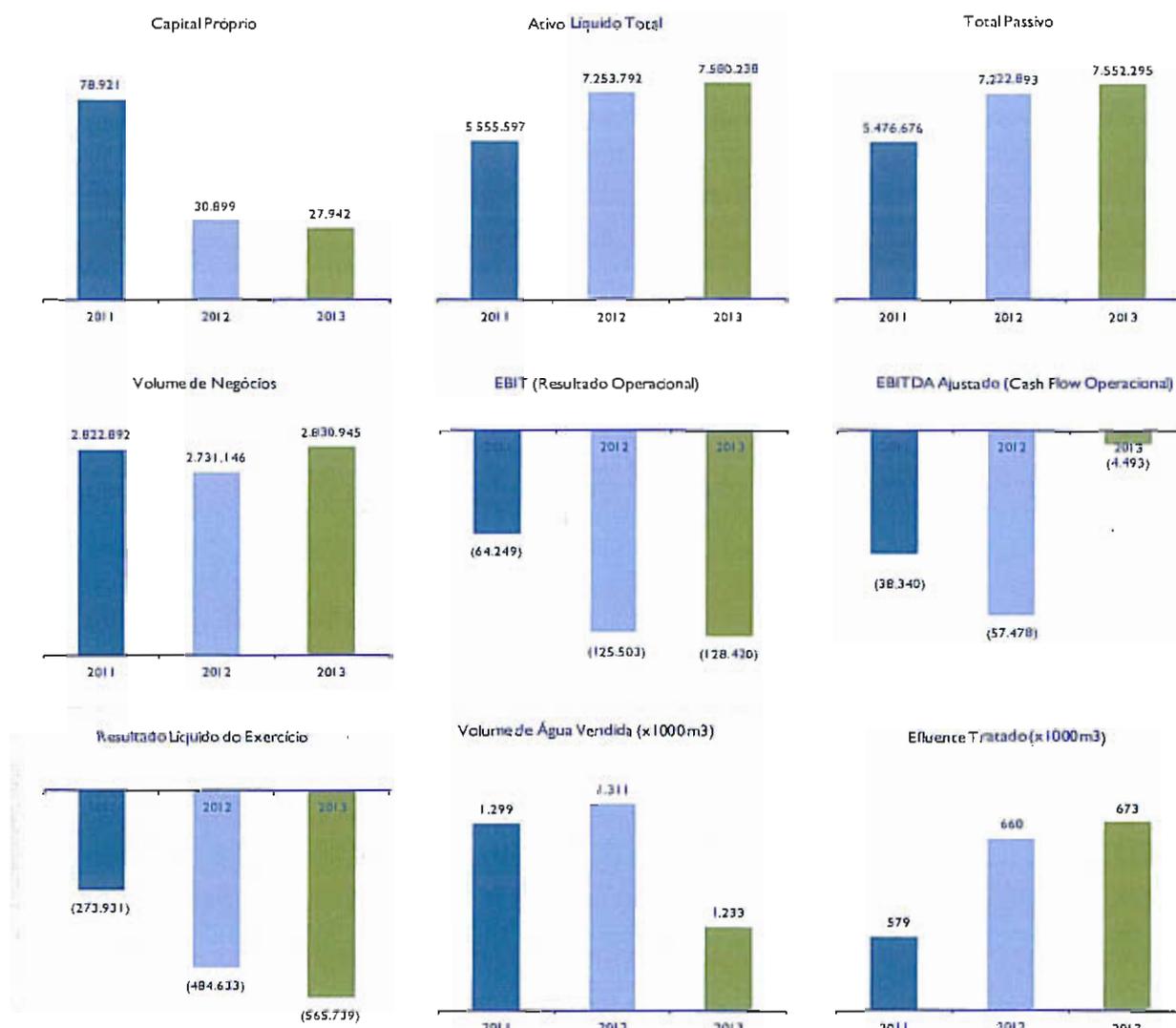
QUADRO

	(em euros)		
Síntese de Dados / Indicadores	2011	2012	2013
Capital Social	50.000	50.000	50.000
Capital Próprio	78.921	30.899	27.942
Ativo Líquido Total	5.555.597	7.253.792	7.580.238
Total Passivo	5.476.676	7.222.893	7.552.295
Volume de Negócios	2.822.892	2.731.146	2.830.945
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (1)	(38.340)	(57.478)	(4.493)
EBIT (Resultado Operacional)	(64.249)	(125.503)	(128.420)
Resultados Antes de Impostos	(274.924)	(487.059)	(566.738)
Resultado Líquido do Exercício	(273.931)	(484.633)	(565.739)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(347,1%)	(1568,4%)	(2024,7%)
Rentabilidade do Ativo (%)	(4,9%)	(6,7%)	(7,5%)
Autonomia Financeira (%)	1,42%	0,43%	0,37%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	11	11	11
Nº de Municípios Abastecidos	1	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km2)	262	262	262
População Residente na Área Abrangida	21.814	21.814	21.814
Abastecimento			
Nº de Clientes	10.276	10.065	9.914
População Servida	20.335	21.159	21.378
Volume de Água Vendida (10 ³ m ³)	1.299	1.311	1.233
Saneamento			
Nº de Clientes	6.003	6.857	7.022
População Servida	14.175	15.052	15.881
Efluente Facturado (10 ³ m ³)	579	660	673

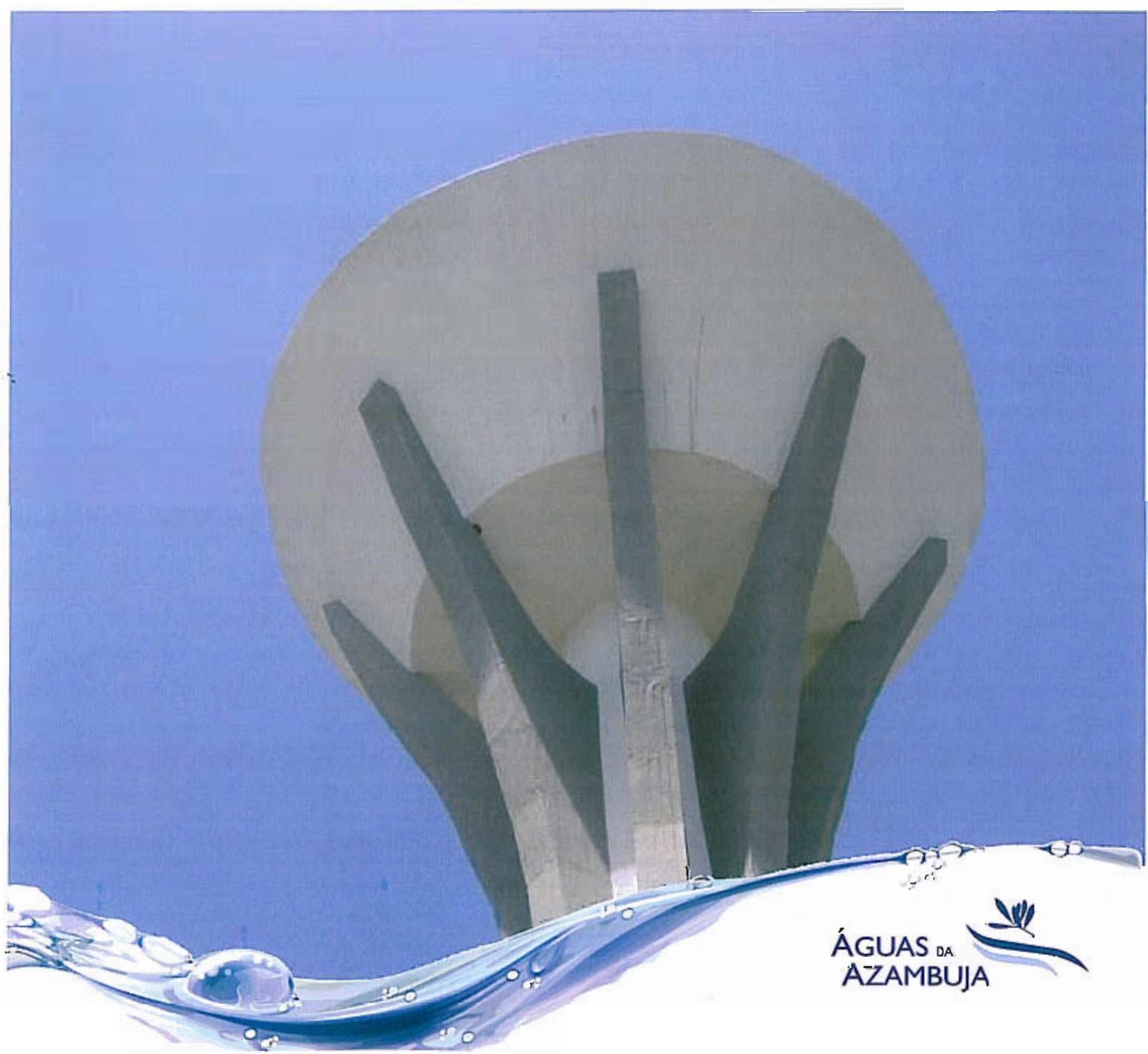
(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - Imparidades e Reversões - Provisões

8
R.

GRÁFICOS



Mensagem do Presidente



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Se por um lado a Concessão gerida pela Águas da Azambuja apresenta boa qualidade de serviço e performance técnica e operacional – a empresa foi galardoada, em 2013 com o Selo de Qualidade da ERSAR -, por outro a empresa enfrenta sérias dificuldades económicas e financeiras derivadas de um desequilíbrio que tarda em ser resolvido.

Efetivamente, a empresa celebrou um Protocolo com a Câmara Municipal de Azambuja, em Dezembro de 2012, e em Fevereiro de 2013 foi enviada uma proposta de aditamento ao contrato de concessão à ERSAR, para emissão de parecer daquela entidade. Decorrido o ano de 2013, e apesar dos esclarecimentos prestados, verificamos que o processo de revisão do Contrato de Concessão continua em apreciação na Entidade Reguladora, penalizando assim o desempenho da Concessionária e os objetivos traçados para a Concessão.

Assim, a Águas da Azambuja fechou o exercício com 566 mil euros negativos e os resultados transitados já atingem os 999 mil euros negativos. Tal degradação dos resultados deve-se, principalmente, à disparidade dos aumentos tarifários verificados entre a Águas do Oeste e a Águas da Azambuja.

De facto, desde o início da Concessão, em 2009, a tarifa de compra de água aumentou 17% e a tarifa de tratamento de águas residuais 33%, contra um aumento de 6,8% das tarifas da Águas da Azambuja para o mesmo período (2009-2013). Esse efeito é ainda agravado pela irracionalidade dos proveitos mínimos garantidos (da Águas do Oeste), completamente desajustados da realidade.

Urge por isso implementar a (re)anunciada reestruturação do setor e concretizar os princípios enunciados na legislação do sector, nomeadamente no D.L. 195/2009 de 20 de Agosto. Como agravante desta situação, continua a não estar concluído o plano de investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

Esperamos que em 2014 o processo de reequilíbrio económico-financeiro da Concessão e de adaptação do contrato ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão dos resíduos urbanos, seja concluído de modo a podermos perpetuar no futuro a sustentabilidade da Águas da Azambuja e o bom serviço prestado aos nossos clientes.

O Presidente do Conselho de Administração

Diogo Faria de Oliveira

Apresentação da Empresa



84
2.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Breve Historial

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída em 10 de Março de 2009 em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em Abril de 2007 para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de Maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A.. O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), que se irá prolongar por 30 anos, teve início no dia 11 de Julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas de Azambuja.

Em Junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de Agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em Janeiro de 2012 e que culminou em Dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em Fevereiro de 2013 para a obtenção de Parecer. Apesar dos esclarecimentos prestados e do empenho do Município e da Concessionária continuamos a aguarda a emissão de Parecer por parte da Entidade Reguladora.

Os fascículos do Plano de Investimentos da Concessão encontram-se praticamente concluídos: da globalidade dos projetos apenas faltam executar 3 dos 11 projetos de abastecimento e 1 dos 18 projetos de drenagem de águas residuais. Os projetos já executados garantem a cobertura de serviço prevista, não sendo a mesma efetivada na globalidade dos aglomerados urbanos por atraso na conclusão do Plano de Investimentos da Aguas do Oeste no Município de Azambuja.

As obras em falta promovem a redundância na origem de água no principal sistema de abastecimento (eixo Alcoentre-Aveiras) e a ligação à rede de drenagem da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha.

Estrutura Acionista

Identificação	Águas da Azambuja, S.A	
Sede Social:	R. Teodoro José da Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 2050-335 Azambuja	
Pessoa Coletiva:	508 911 443	
Capital Social:	€ 50.000	
Estrutura Acionista:	Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
	Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	24,99%
	Luságua – Serviços Ambientais, S.A	0,01%
	Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	0,01%
	Pragosa Ambiente, S.A.	0,01%

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;
Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

Conselho de Administração:

Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira – Presidente;
Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;
Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa – Vogal.

Órgão de Fiscalização:

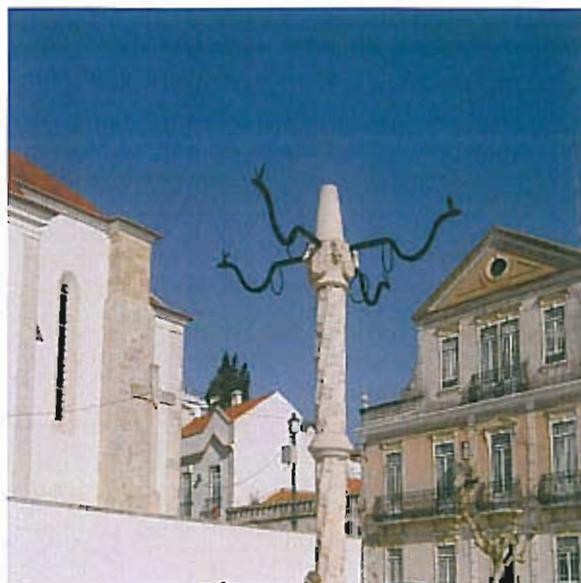
Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.
Suplente do Fiscal Único: Dr. Rui Abel Serra Martins

OBJETO DA SOCIEDADE

Objeto

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem as sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fassas particulares domésticas e industriais.

(art. 3º dos Estatutos da Sociedade)



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

Missão e Posicionamento Estratégico



81
 R.

MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

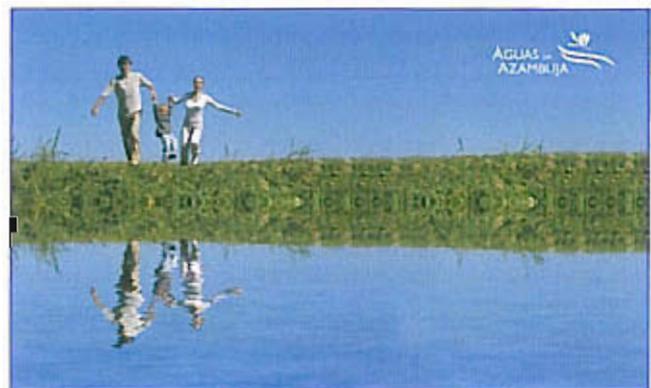
Visão

Ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço num período de 3 a 5 anos.

Valores

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética.



Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Síntese de Atividade em 2013



SINTESE DE ATIVIDADE EM 2013

ENVOLVENTE EXTERIOR

Enquadramento macroeconómico

Geral

O ano de 2013 ficou marcado por uma recuperação moderada do crescimento global, com sinais positivos extensíveis a todas as principais economias. A Zona Euro beneficiou da manutenção dos juros de referência em níveis baixos por um período de tempo prolongado. A Euribor a 3 meses manteve-se estável no período, terminado o ano em torno de 0,29 por cento.

Em Dezembro, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter em 0,25 por cento a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e em 0,75 por cento as taxas de cedência de liquidez.

	2011	2012	2013
Euribor 1M	1,02%	0,11%	0,22%
Euribor 3M	1,36%	0,19%	0,29%
Euribor 6M	1,62%	0,32%	0,39%
Euribor 12M	1,95%	0,54%	0,56%

Até Dezembro de 2013 a Euribor 3M aumentou 0,10 pontos percentuais e a Euribor 6M aumentou 0,07 pontos percentuais face a Dezembro de 2012 (ver tabela com a variação da Euribor nos últimos 3 anos).

Fonte: Banco de Portugal (valores de fim de período)

Ao longo de 2013 o preço internacional do petróleo registou um aumento de 10 por cento fixando-se nos 98,05 dólares/barril. O preço do gasóleo rodoviário registou uma redução de cerca de 2 por cento face a 2012, terminado o ano em 0,72 euros/litro.

Portugal

Em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou significativamente condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). É de realçar a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas e a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa.

No terceiro trimestre de 2013, o PIB diminuiu 1,0 por cento em volume, face a 2012. O contributo positivo da procura externa líquida (0,6 pp) não foi o suficiente para anular o efeito negativo da procura interna (-1,9 pp).

O consumo privado registou uma quebra de 1,1 por cento e o consumo público registou uma quebra de 1,4 por cento.

☆ +
2.

	Taxa de Variação Anual		
	2011	2012	2013
PIB*	(1,6%)	(3,2%)	(1,0%)
IPC	3,7%	2,8%	0,3%
IHPC	3,6%	2,8%	0,4%
Desemprego	12,7%	15,7%	16,3%
Consumo Privado*	(3,8%)	(5,3%)	(1,1%)
Consumo Público*	(4,3%)	(4,7%)	(1,4%)
Exportações*	7,2%	3,2%	6,6%
Importações*	(5,9%)	(6,6%)	5,1%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados 3º Trím de 2013

Em 2013, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 0,3 por cento, (2,8 por cento no ano anterior).

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia) diminuiu acentuadamente 2,4 p.p., para 0,4 por cento.

A taxa média de desemprego em 2013 prosseguiu a tendência observada na última década, fixando-se num máximo histórico de 16,3 por cento, contra os 15,7 por cento registados em 2012, o que constitui um aumento de 0,6 pontos percentuais.

Relativamente ao comércio internacional, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, em Novembro as exportações registaram um crescimento real de 6,6 por cento e as importações inverteram a tendência (5,1% face a -6,6% em 2012).

	2011	2012	2013
Muito Alta Tensão	130	n.a	n.a
Alta Tensão	138	n.a	n.a
Média Tensão	133	144	149
Baixa Tensão Especial	144	156	162
Baixa Tensão Normal	129	134	138

Fonte: ERSE. Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis, conforme tabela anexa.

Enquadramento Local

A Águas da Azambuja é Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Azambuja que abrange uma área geográfica de 262 Km². Residem na área abrangida 21.814 habitantes¹, estando presentes no Município cerca de 97% dessa população. Dos resultados dos CENSOS de 2011 destacam-se ainda o número de 8.197 famílias e 11.937 alojamentos clássicos, indicadores essenciais para compreender os indicadores relativos à disponibilidade do serviço e à sua efetiva adesão.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto. Os serviços de fornecimento de Água e o

¹ INE – Resultados CENSOS 2011.

Tratamento das Águas Residuais em alta são assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A. concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e mais recentemente serviços de transportes e logística. Verifica-se uma especialização do Concelho na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização. Atualmente a componente comercial e industrial representa um peso de 21% no volume de água vendida.

O Concelho da Azambuja encontra-se por tal integrado num quadro de uma região metropolitana alargada, pelo que se situa no centro de uma área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade permitiram a consolidação dos sectores industrial, da logística e dos transportes e no desenvolvimento do sector agro-florestal, com a criação de atividades a ele relacionadas, designadamente com atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta quando comparado com o ano de 2001. A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes, - Azambuja e Aveiras de Cima - e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, melhor servidas por acessibilidades rodoviárias e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso.²

A atividade de Águas da Azambuja é regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de Maio de 2009, com a duração de 30 anos.
- Regulamentos Municipais do Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Concelho de Azambuja que estabelecem e definem as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja. Estes regulamentos pretendem dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.

² Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, Abril de 2010, Elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011

- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR;
- Legislação geral do sector.

Anualmente, no mês de Março, a Águas da Azambuja apresenta ao Município o Relatório Anual de Atividade da Concessionária relativo ao ano transato. Durante o mês de Setembro de 2013 foi submetido do Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano de 2014, aprovado posteriormente pela Entidade Reguladora. O Plano aprovado para o ano de 2013 foi cumprido na íntegra. Complementarmente a esta informação, a Concessionária apresenta ao Município um relatório semestral em Setembro.

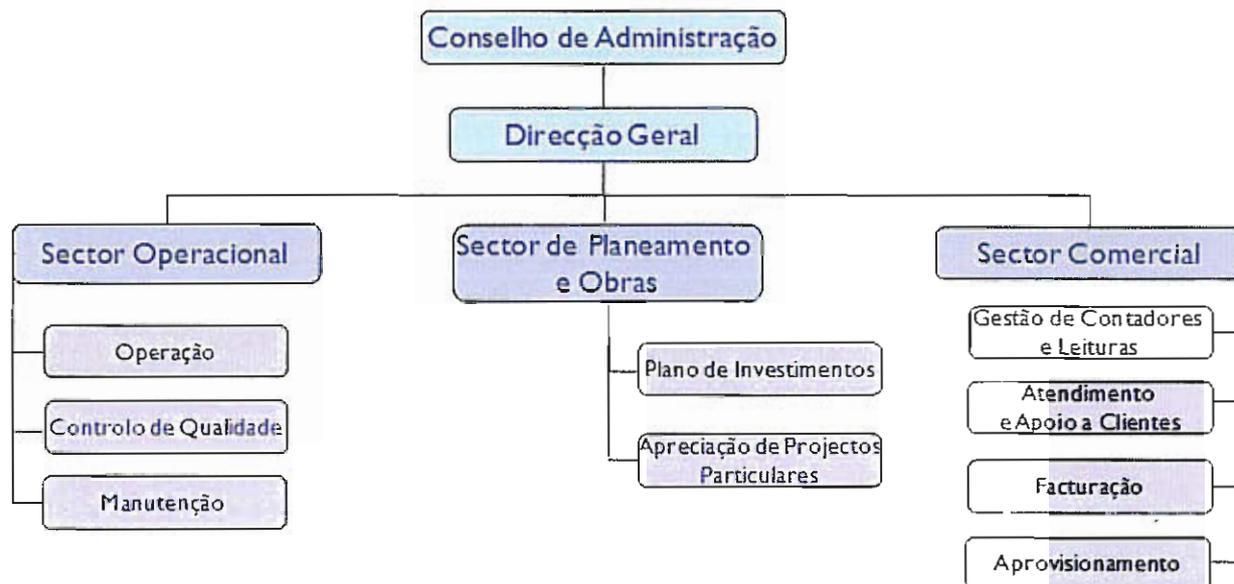


Apesar da estabilização da minuta de Aditamento ao Contrato de Concessão pelas partes em Dezembro 2012 e do seu envio à Entidade Reguladora em Fevereiro de 2013, continua por concluir a obrigatória adaptação do Contrato de Concessão ao Decreto-lei 194/2009. Este processo aguarda desde essa data, o parecer da Entidade Reguladora, para posterior aprovação na Câmara Municipal de Azambuja.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Organograma



Competências

ADMINISTRAÇÃO:

- Representar a empresa;
- Definir a estratégia, objetivos, linhas de atuação e políticas da Concessionária;
- Aprovar o Plano de Atividades, Plano de Investimentos e Orçamento e Relatório de Contas da Concessionária;
- Supervisionar a atividade da Concessionária.

DIRECÇÃO GERAL:

- Dirigir a concessão em conformidade com as diretrizes emanadas da Administração;
- Supervisionar e estabelecer as linhas de atuação dos Sectores Comercial, Operacional e de Planeamento e Obras;
- Representar a Concessionária perante o Município de Azambuja;
- Elaborar o orçamento anual da empresa;
- Verificar o cumprimento do Programa anual de gestão da empresa;
- Informar sobre a gestão da empresa.
- Controlar a qualidade da água para consumo humano, garantindo a fiabilidade e qualidade do sistema;
- Manter relações com a ERSAR, Organismos Sanitários e Laboratórios;
- Dar cumprimento à legislação de controlo de qualidade em vigor para o sector;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.

7
8
9.

SECTOR OPERACIONAL

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação das áreas de controlo de qualidade, exploração e manutenção;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Operacional;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Operacional.
- Supervisionar o correto funcionamento dos equipamentos;
- Apoiar as ações de manutenção programada e de reparação de avarias;
- Gerir todas as estações elevatórias, reservatórios, condutas adutoras e distribuidoras;
- Realizar a limpeza de reservatórios e adutoras;
- Atender os avisos de ruturas e localizá-las, determinando as operações necessárias para a sua reparação;
- Executar os ramais domiciliários. Colocar, substituir e retirar contadores de água;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.



SECTOR COMERCIAL:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação do Sector Comercial;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Comercial;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Comercial;
- Atender a linha telefónica;
- Rececionar a correspondência e proceder à sua entrega a cada destinatário;
- Dar resposta à correspondência de acordo com as orientações emanadas do destinatário;
- Efetuar e manter atualizado o arquivo de documentos;
- Organizar as folhas de ponto e demais documentos justificativos de faltas ou trabalho extra de cada funcionário;
- Organizar os mapas de formação profissional em função das necessidades;
- Efetuar os pedidos de compra de materiais;
- Gerir as entradas e saídas das peças existentes no armazém;
- Controlar a documentação do parque automóvel.



g
 e.

- Atender os pedidos e sugestões dos Clientes;
- Estudar, analisar e elaborar as respostas às reclamações dos clientes;
- Realizar contratos de fornecimento de água;
- Controlar as leituras e consumos dos clientes e proceder à emissão das respetivas faturas, de acordo com o tarifário em vigor;
- Gerir o controlo de cobranças e proceder à emissão de cartas-aviso de dívida;
- Receber os pagamentos dos clientes efetuados em dinheiro, cheque ou vale postal. Controlar os recebimentos por Agentes de Cobrança, Multibanco, *Payshop* e Transferência bancária.

SECTOR DE PLANEAMENTO E OBRAS:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direção-Geral, as linhas de atuação do Sector de Planeamento e Obras;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector de Planeamento e Obras;
- Apreciar projetos;
- Acompanhar a execução de obras a decorrer;
- Prestar informações técnicas a Clientes e CMA;
- Planear obras;
- Coordenar e fiscalizar as obras afetas ao Plano de Investimentos;
- Validar e aprovar Projetos de Execução para lançamento de obras.



Handwritten signature/initials

Recursos Humanos

A empresa mantém os 11 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2011	2012	2013
Contrato sem Termo	6	6	6
Contrato Termo Certo	5	5	5
Total	11	11	11

A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2012, a seguinte:

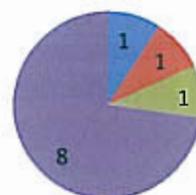
Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
1º Ciclo	1	0	1
2º Ciclo	1	0	1
3º Ciclo	3	0	3
Ensino Secundário	1	2	3
Ensino Superior	2	1	3
Total	8	3	11



- 1º Ciclo
- 2º Ciclo
- 3º Ciclo
- Ensino Secundário
- Ensino Superior

A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	1	0	1
Quadros Superiores	1	0	1
Quadros Intermediários	1	0	1
Profissionais Qualificados	5	3	8
Total	8	3	11



- Dirigentes
- Quadros Superiores
- Quadros Intermediários
- Profissionais Qualificados

Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	7	3	10
10 a 15 anos	1	0	1
Total	8	3	11

O nível etário médio é de 41 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
25 a 29 anos	1	0	1
30 a 34 anos	0	1	1
35 a 39 anos	2	2	4
45 a 49 anos	3	0	3
50 a 54 anos	2	0	2
Total	8	3	11

4
8
E.

Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366 do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2013

Factos Relevantes

O ano de 2013 foi centralizado na otimização operacional do sistema e na eficiência dos processos comerciais. Manteve-se um relacionamento profícuo com a Concedente e outras entidades envolvidas, garantindo assim um enquadramento favorável, necessário ao bom desempenho da empresa do ponto de vista operacional e comercial, contrariando assim os aspetos exteriores negativos.

Em termos globais verificou-se uma tendência de redução na compra de água em alta face a 2012 em 158 397m³, resultando numa aquisição total de 1 597 991 m³.

Relativamente a água não faturada, foi possível corrigir e inverter a tendência de crescimento que se verificou em 2011 e no primeiro semestre de 2012, obtendo um nível de perda global de 22,85%, com uma redução absoluta do volume perdido face a 2012 de 9%.

Para este efeito positivo contribui em larga medida a continuação das campanhas de pesquisa ativa de fugas através de meios externos, a conclusão de praticamente da totalidade das obras do Plano de Investimentos, com a conseqüente diminuição do número de roturas provocadas, a renovação do parque de contadores, com uma idade média inferior a quatro anos e a análise sistemática de consumos. Ao nível comercial intensificaram-se as ações de fiscalização, a penalização de consumos fraudulentos e

A
2

o ajustamento das datas de faturação e cobrança que permite aos clientes prever com maior proximidade o valor da sua fatura e garante uma especialização de consumos quase real.

Do ponto de vista operacional foram estabilizadas pressões em várias zonas da rede, melhorando e otimizando o modo de funcionamento de redes como Casais de Baixo, Casais de Vale Coelho, Alcoentre, Vale Paraíso e Aveiras de Baixo, através da estabilização de pressões e criação de zonas de medição e controlo.

Não será alheio a este melhor desempenho da rede de abastecimento de água, o melhor conhecimento cadastral do sistema materializado na constante atualização da informação referenciada em cadastro.

A empresa continuou a sua política de renovação de contadores, adequando assim a idade e as condições de funcionamento do parque de contadores instalado, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

Do ponto de vista comercial procurámos melhorar o desempenho da empresa no principal veículo de relacionamento com os utilizadores: a fatura e o atendimento presencial na loja. Neste aspeto salienta-se a redução do número de reclamações e a melhoria dos tempos de resposta a reclamações. Nesta área temos que agradecer o constante apoio dos órgãos institucionais de proximidade às populações o município e as juntas de freguesia que sempre procuraram encontrar as melhores soluções.

Melhorámos igualmente a eficácia do controlo de cobranças, com melhoria da aplicação das condições regulamentares e contratuais por via de uma maior eficiência nos cortes e controlo dos clientes suspensos, mas também na criação de condições propícias ao pagamento dos valores em dívida. Esta política permite, apesar da conjuntura externa muito penalizadora, assegurar a manutenção dos níveis de dívida praticamente constante.

Apesar das condições restritivas internas, procurámos durante o ano de 2013 manter o envolvimento junto da comunidade, participando nas principais atividades festivas do concelho, de onde se destaca a Avinhos e a Feira de Maio, e oferecendo a possibilidade de um estágio curricular *on job* durante três meses na empresa a uma aluna de um curso técnico profissional de ambiente.



Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR em articulação com a Entidade Reguladora e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Águas da Azambuja está a desenvolver as ferramentas operacionais associadas à Gestão Patrimonial de Infraestruturas e ao Plano de Segurança da Água, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

Handwritten initials/signature in the top right corner.

DESEMPENHO DO SISTEMA

Exploração do Sistema

Os Sistemas de Abastecimento e de Saneamento têm sido geridos de forma manifestamente satisfatória o que se traduz no número diminuto de reclamações, quer diretamente dos Utilizadores, quer através da Concedente como entidade fiscalizadora do cumprimento do Contrato de Concessão.

Em termos de qualidade da água distribuída, realça-se o integral cumprimento do número de análises e parâmetros previstos no Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR. No âmbito do PCQA e para as 939 análises realizadas na rede de distribuição, registou-se apenas um incumprimento ao longo de 2013. Salienta-se a distinção com o selo de qualidade da água referente ao ano 2012.



De realçar a constante colaboração da Delegação Regional de Saúde no acompanhamento destes sistemas, o que tem permitido concertar estratégias no âmbito da qualidade da água através da articulação de todas as entidades intervenientes.

Em termos de rendimento do sistema de abastecimento, refere-se novamente o resultado das medidas implementadas durante o ano de 2013 para a redução do volume de água perdida que permitiu melhorar o desempenho do sistema, obtendo uma melhor eficiência do Sistema.

Volume de Água (m ³)	2011	2012	2013	Variação (%)
Água Aduzida	1.828.471	1.756.388	1.597.991	-9%
Água Vendida	1.298.751	1.313.594	1.232.886	-6%
% Água não Vendida	28,97%	25,21%	22,85%	(2,4 p.p.)

Em 2013, face a 2012, registou-se uma compra de água inferior em 158 397 m³.

4
2
2.

Plano de Investimentos / Novas Infraestruturas

Durante o ano de 2013 entraram em serviço parcial os sistemas de drenagem em alta de Tagarro (Junho) e a totalidade de Casais de Baixo (Dezembro). A Concessionária do Sistema Multimunicipal continua sem concluir os sistemas em alta de Alcoentre (Espinheira, Casais das Boiças e parcialmente Tagarro) e Manique do Intendente (Arrifana) cujas redes de drenagem em baixa já se encontram concluídas e prontas para entrar em exploração, penalizando assim a população dessas localidades e a Águas da Azambuja.

Em termos de realização do Plano de Investimentos no ano de 2013 foram concluídas as Obras FB06 (Virtudes) e FB15 (Vila Nova de São Pedro). Iniciou-se as obras FA 04 Reservatório de Virtudes tendo sido consignada a 1ª fase referente à construção Civil. Salienta-se a execução da empreitada de recuperação das Estações Elevatórias de Vale do Brejo iniciadas pelo Município com conclusão parcial por parte de Águas da Azambuja. Destaca-se ainda a conclusão da fase de instalação da empreitada de telegestão que se encontra em fase de testes e início de operação.

A Águas da Azambuja iniciou a exploração de 3 sistemas, com o arranque de 5 estações elevatórias, que permitirá disponibilizar o serviço a mais 684 clientes de saneamento.

Em termos dos sistemas de abastecimento de água após estabilização da solução com o Município, foi entregue a 1ª fase do projeto de execução do fascículo FA11. A 2ª fase continua pendente da aprovação final do ponto de entrega EPAL / Águas do Oeste. Continua ainda por definir entre o Município e a Águas do Oeste a solução de abastecimento para a concretização da obra FA01 e os pontos de fornecimento em alta dos pontos de entrega garantidos contratualmente nesse sistema de abastecimento de água.



As obras FA12, FB10 e FB17 foram suspensas por indicação do Município pela indisponibilidade de terrenos e não realização de emissários em alta por parte da Águas do Oeste.

A fiscalização das obras da Concessão continua a estar a cargo da empresa DDN – Gestão, Coordenação e Fiscalização Lda.

No quadro seguinte é feito um resumo das obras previstas no Plano de Investimentos inicial da Águas da Azambuja.

+

8

2.

Plano de Investimentos	2011		2012		2013	
	% Execução	Situação	% Execução	Situação	% Execução	Situação
Projectos						(1)
FA01						(2)
FA02	100%	concluído		concluído	100%	concluído
FA03		concluído	100%	concluído	100%	concluído
FA04					8%	(3)
FA05		concluído		concluído		concluído
FA06		concluído		concluído		concluído
FA07			100%	concluído		concluído
FA08		concluído		concluído		concluído
FA09		concluído		concluído		concluído
FA10		concluído		concluído		concluído
FA11						(4)
FB01	100%	concluído		concluído		concluído
FB02	100%	concluído		concluído		concluído
FB03		concluído		concluído		concluído
FB04	100%	concluído		concluído		concluído
FB05	100%	concluído		concluído		concluído
FB06			98%	em curso	2%	concluído
FB07		concluído		concluído		concluído
FB08	100%	concluído		concluído		concluído
FB09	100%	concluído		concluído		concluído
FB11			100%	concluído		concluído
FB12			100%	concluído		concluído
FB13			100%	concluído		concluído
FB14	100%	concluído		concluído		concluído
FB15			98%	em curso	2%	concluído
FB16			100%	concluído		concluído
FB18		concluído		concluído		concluído
FB18 2ª Fase						(5)
FARs		concluído		concluído		concluído
1º Aditamento FARs		concluído		concluído		concluído
Rede Agua Maçussa			100%	concluído		concluído
Rede Agua Vale do Brejo			100%	concluído		concluído
Estações Elevatórias Vale do Brejo					80%	em curso
Telegestão			50%	em curso	100%	em ensaios

(1) Projeto FA01 e FA11: aguarda definição final do ponto de entrega EPAL / ADO

(2) Dependente da definição do Sistema em alta por A.D.O. (Casais da Areia)

(3) Pendente de Autorização da D.G.F. até Abril

(4) Dependente da definição do ponto de entrega EPAL / ADO

(5) Dependente da Ligação de Casais de Baixo por A.D.O.

A
J
P.

Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

- Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- Pragosa Ambiente, S.A.: despejo de fossas e a limpeza desobstrução de coletores;
- MPC – Mário Pereira Cartaxo, S.A.: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

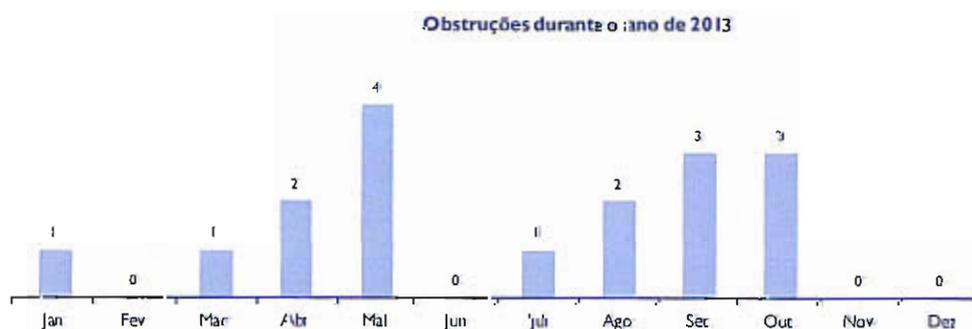
Em termos de manutenção corretiva no sistema de abastecimento de água é de destacar a redução da ocorrência de roturas na rede pública de abastecimento de água e em ramais que passou das 198 intervenções em 2012 para 105 resultando numa melhoria da qualidade do serviço prestado ao cliente.

2013	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
nº de roturas na rede	5	11	9	4	8	5	12	14	11	12	9	5	105



Relativamente à rede de saneamento, verificaram-se 17 obstruções em coletores tendo atingido o valor máximo no mês de maio resultante da atividade sazonal associada ao período festivo da feira de Maio em Azambuja.

2013	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
nº de obstruções na rede	1	0	1	2	4	0	1	2	3	3	0	0	17



4
E:

Relativamente à limpeza de fossas foram asseguradas 278 limpezas de fossas sépticas, registando-se uma redução face a 2012 de 22%, quer por via da maior cobertura do serviço, quer pelas características do ano hidrológico, quer pela redução do nº de clientes.

Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º234/2001). Foram efetuadas 939 determinações analíticas distribuídas pelo conjunto de parâmetros de Controlo de Rotina I, Controlo de Rotina II e Controlo de Inspeção, tendo sido identificada uma determinação não conforme com origem no sistema em alta.

Imagem e comunicação

Em 2013 a Empresa continuou a otimização do sítio na internet permitindo acesso a novos serviços *online*, disponibilizando aos clientes informações gerais garantindo uma maior flexibilidade na divulgação de informação aproximando cada vez mais a empresa dos clientes.

Área Comercial

Em 2013 a Empresa diminuiu o número de clientes de abastecimento em 151, devido fundamentalmente à situação socioeconómica do país, à diminuição do efetivo das comunidades migrantes residentes em Azambuja e aos fenómenos de imigração/emigração. A este facto não será alheio o aumento do peso relativos dos serviços conexos ao serviço de abastecimento de água, cuja faturação é efetuada na fatura da Águas da Azambuja, e a maior eficiência dos procedimentos de controlo de cobranças. O quadro seguinte resume a evolução do número de clientes.

A Empresa aumentou o número de clientes de saneamento em 165 novos contratos. Este aumento do número de contratos teve a ver fundamentalmente com o aumento da cobertura da rede de saneamento e com o melhor conhecimento do cadastro da rede de saneamento. No final do ano de 2013, a empresa tinha um total de 9 914 clientes de abastecimento, dos quais 7 022 com serviço de saneamento. A Águas da Azambuja vai continuar a desenvolver ações de fiscalização no sentido de identificar, detetar e anular utilizações abusivas e consumos de origens próprias ilegais.

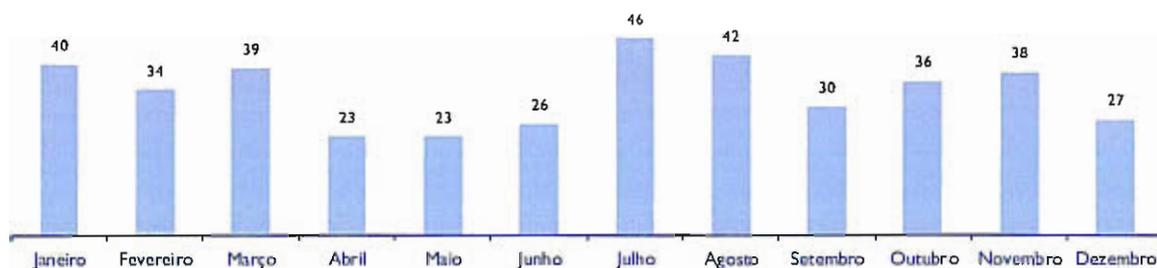


Durante o exercício de 2013 foram executados 25 ramais de água e 22 de saneamento (fora do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja celebrou 404 contratos de fornecimento de água associados em grande parte ao mercado de aluguer de habitação durante o ano 2013, com a seguinte distribuição mensal:

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Contratos Celebrados



Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2013, a Águas da Azambuja registou 555 rescisões de contrato de fornecimento, resultando relativamente ao movimento de contratos numa redução de 151 contratos.

Movimento de Contratos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Novos Contratos	40	34	39	23	23	26	46	42	30	36	38	27	404
Baixas de Fornecimento	65	53	59	50	39	41	42	36	50	42	38	40	555
Saldo	(25)	(19)	(20)	(27)	(16)	(15)	4	6	(20)	(6)	0	(13)	(151)

Suspensões de fornecimento

Relativamente ao controlo de cobranças, resultaram, em 2013, 866 suspensões no fornecimento e 587 restabelecimentos de serviço.

Campanha de Substituição de Contadores Antigos

A campanha visava a substituição de contadores que apresentavam uma idade de instalação superior à prevista na legislação conforme previsto no Plano de Investimentos de Concessão garantindo assim uma melhor e eficiente medição dos volumes fornecidos a clientes. Foram substituídos 2.337 contadores que nos permite ter uma maior fiabilidade na contagem dos consumos.

Relativamente a atividade de contadores refere-se uma idade média do parque de contadores de 4 anos permitindo assim para 2014 uma normal atividade de substituição.

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de vendas de 2.830.945 Euros.

2
A
P.

Vendas e Prestações de Serviços	(em euros)	
	2012	2013
Venda de Água	1.577.107	1.601.966
Tarifa de Disponibilidade	632.768	678.403
Total Vendas + Tarifa	2.209.875	2.280.369
Tarifa de Utilização de Saneamento	380.881	432.057
Ramais Domiciliários (Água)	17.778	10.220
Ramais Domiciliários (Saneamento)	15.854	15.234
Outros Serviços	106.758	93.065
Total das Prestações de Serviços	521.271	550.576
Total de Volume de Negócios	2.731.146	2.830.945

Os clientes Domésticos têm um peso de 86,4% no conjunto total de contratos existentes em condições de faturar, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 9,5%. No entanto quando comparado os rendimentos, o peso do Comércio e Indústria ascende a 36,5% reduzindo o peso doméstico para 51,3%.

Em média, foram faturados cerca de 10,36 m³ por consumidor e por mês.

Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento, os meios automáticos representam já cerca de 77% da escolha dos nossos Clientes representando uma melhoria face a 2012 de 2%, mas com uma fraca adesão à fatura eletrónica.

Modalidade de Pagamento	2011			2012			2013		
	Quant.	Euros	Peso (Quant)	Quant.	Euros	Peso	Quant.	Euros	Peso (Quant)
Loja	28.597	983.740	26%	27.270	1.101.669	26%	25.471	1.025.558	23%
Débito em Conta	36.193	1.304.903	32%	34.850	1.345.278	32%	38.019	1.440.798	34%
Payshop	10.069	205.934	9%	8.947	194.854	9%	10.007	212.594	9%
Multibanco	36.130	1.034.359	33%	37.125	1.101.991	33%	38.836	1.086.800	35%
Balcão EDP	28	390	0%	76	1.348	0%	55	872	0%
Megarede	384	6.891	0%			0%	0	0	0%
Total	111.601	3.536.217	100%	108.268	3.745.140	100%	112.388	3.766.622	100%

f
B
P.

Organização, Processos e Sistemas

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo estabelecido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um nível de conhecimento da infraestruturas e dos utilizadores muito superior.

Em termos gerais, a Concessão engloba 10.065 contratos ativos distribuídos por uma área territorial de cerca de 262 km², servidos, em baixa, por:

Infra-estruturas	nº/km
Reservatórios	16
Estações Elevatórias de Abastecimento	10
Estações Elevatórias de Águas Residuais	8
Rede de Abastecimento de Água	290
Rede de Saneamento	130

Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuição da Concessão, tanto a nível da operação das infraestruturas, como no relacionamento com os clientes e com as outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, a empresa Águas do Oeste, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, Direção Regional de Saúde/ Delegada de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.



ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

Nota Introdutória:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2013, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

Análise de Gastos e Rendimentos

A empresa registou, no ano de 2013, um resultado líquido negativo de 565.739 euros.

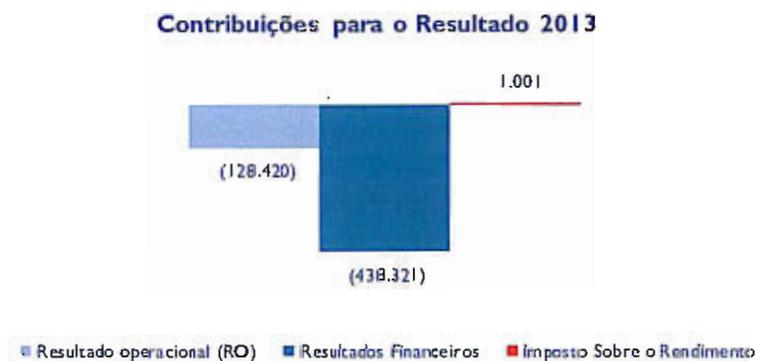
Demonstração dos Resultados	2011	2012	2013	(em euros)	
				Var.	%
Vendas	2.271.700	2.209.875	2.280.369		3,2%
Prestações de Serviços	551.192	521.271	550.576		5,6%
Volume de Negócios	2.822.892	2.731.146	2.830.945		3,7%
CMVMC	1.214.378	1.136.068	1.022.106		(10,0%)
Fornecimentos e Serviços Externos	1.426.038	1.608.082	1.627.122		1,2%
Gastos com o Pessoal	246.604	208.497	210.857		1,1%
Outros Resultados Operacionais	57.159	180.795	26.903		(85,1%)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	(6.970)	(40.707)	(2.238)		94,5%
Amortizações	57.279	84.796	126.182		48,8%
Resultado operacional (RO)	(64.249)	(125.503)	(128.420)		(2,3%)
Resultados Financeiros	(210.675)	(361.556)	(438.321)		(21,2%)
Resultados Antes de Impostos	(274.924)	(487.059)	(566.738)		(16,4%)
Imposto Sobre o Rendimento	(993)	(2.426)	(1.001)		58,8%
Resultado Líquido do Exercício	(273.931)	(484.633)	(565.739)		(16,7%)

↓
g
e.

	(em euros)			
	2011	2012	2013	Var. %
EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)	(38.340)	(57.478)	(4.493)	92,2%
Margem EBITDA Ajustado	-1,36%	-2,10%	-0,16%	1,9 p.p.
EBIT (Resultado Operacional)	(64.249)	(125.503)	(128.420)	(2,3%)
Margem EBIT	-2,28%	-4,60%	-4,54%	0,1 p.p.

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades
 Margem EBITDA Ajustado = EBITDA Ajustado / Volume de Negócios
 Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:



Tanto a vertente Operacional como a Financeira apresentaram desempenhos que contribuíram negativamente para o resultado alcançado.

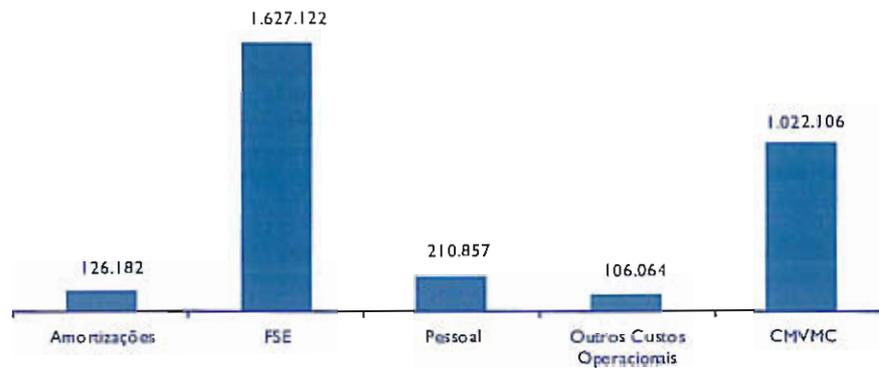
EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado negativo de 128.420 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 2.963.913 euros ficaram abaixo dos gastos operacionais que atingiram os 3.092.331 euros

O volume de negócios aumentou 3,7% essencialmente por via do aumento da tarifa de disponibilidade e tarifa de utilização de saneamento.

Relativamente aos Gastos Operacionais temos a seguinte decomposição:

Custos Operacionais 2013



Os **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram 1,2% essencialmente por via dos gastos com o tratamento dos efluentes (entregues à Águas do Oeste) em consequência do aumento da tarifa, e volume faturado.

A variação verificada na rubrica de **CMVMC** justifica-se pela redução de 9% no volume de água comprada.

A rubrica de **Outros Resultados Operacionais** diminuiu 85,1% porque em 2012 ocorreu a faturação das obras feitas por conta da Águas do Oeste, o que não se verificou neste exercício.

O aumento de 48,8% nas **Amortizações** resulta da finalização de diversos investimentos (os bens que estavam em curso passaram agora a finais e começaram a amortizar). Um acerto ao nível do investimento de substituição contribuiu igualmente para esta variação.

Resultado Financeiro

A vertente financeira registou um resultado negativo de 438.321 mil euros, explicado essencialmente por:

- Aumento da rubrica de comissões bancárias que reflete o custo amortizado do empréstimo e varia conforme a previsão das taxas de juro (fornecidas pela IMF) até ao final do contrato. Em 2012 tinha como média 1,9% e em 2013 registou-se uma média de 2,4%.
- A rubrica de Juros de mora/compensatórios sofreu um agravamento pelo atraso de pagamento de faturas.

Análise do Balanço

Balanço	2011	2012	2013	(em euros)	
				Var.	%
Ativo					
Ativos Fixos e Intangíveis	3.827.489	5.121.891	5.169.483		0,9%
Outros	91.930	95.946	47.747		(50,2%)
Total dos Ativos não Correntes	3.919.419	5.217.836	5.217.230		(0,0%)
Contas a Receber	784.433	735.184	644.096		(12,4%)
Diferimentos	92.251	91.866	60.510		(34,1%)
Outros	759.494	1.208.905	1.658.402		37,2%
Total dos Ativos Correntes	1.636.178	2.035.956	2.363.008		16,1%
Total do Ativo	5.555.597	7.253.792	7.580.238		4,5%
Capital Próprio e Passivo					
Capital Próprio	78.921	30.899	27.942		(9,6%)
Financiamentos Obtidos	2.578.970	3.227.532	4.141.977		28,3%
Accionistas	492.500	492.500	492.500		0,0%
Contas a Pagar	569.333	567.553	555.203		(2,2%)
Outros	613.714	635.364	463.854		(27,0%)
Total dos Passivos não Correntes	4.254.517	4.922.949	5.653.533		14,8%
Contas a Pagar	1.207.063	2.288.448	1.898.761		(17,0%)
Outros	15.096	11.495	0		
Total dos Passivos Correntes	1.222.159	2.299.944	1.898.761		(17,4%)
Total do Passivo	5.476.676	7.222.893	7.552.295		4,6%
Total do Capital Próprio e do Passivo	5.555.597	7.253.792	7.580.238		4,5%

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2013, o montante de 7.580 mil euros, valor superior em 4,5% ao registado no final de 2012.

Os **Ativos não Correntes** não apresentam variações face a 2012 uma vez que a diminuição ao nível dos impostos diferidos ativos compensam o ligeiro aumento nos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

O reconhecimento das prestações suplementares no valor de 455 mil euros, que irão ser disponibilizadas durante o exercício de 2014, contribuiu para o aumento dos **Ativos Correntes**.

O **Capital Próprio** aumenta por via das Prestações Suplementares e pelo reconhecimento do justo valor do instrumento de cobertura (SWAP) (ver anexo às contas nota 13,7).

Em sentido contrário encontra-se o resultado líquido verificado no final de 2013.

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2013, o montante de 5.653,5 mil euros, valor superior em 14,8% ao registado no final de 2012, essencialmente pelo aumento do financiamento junto da CGD BI.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta essencialmente da diminuição acentuada da dívida a fornecedores de investimentos.

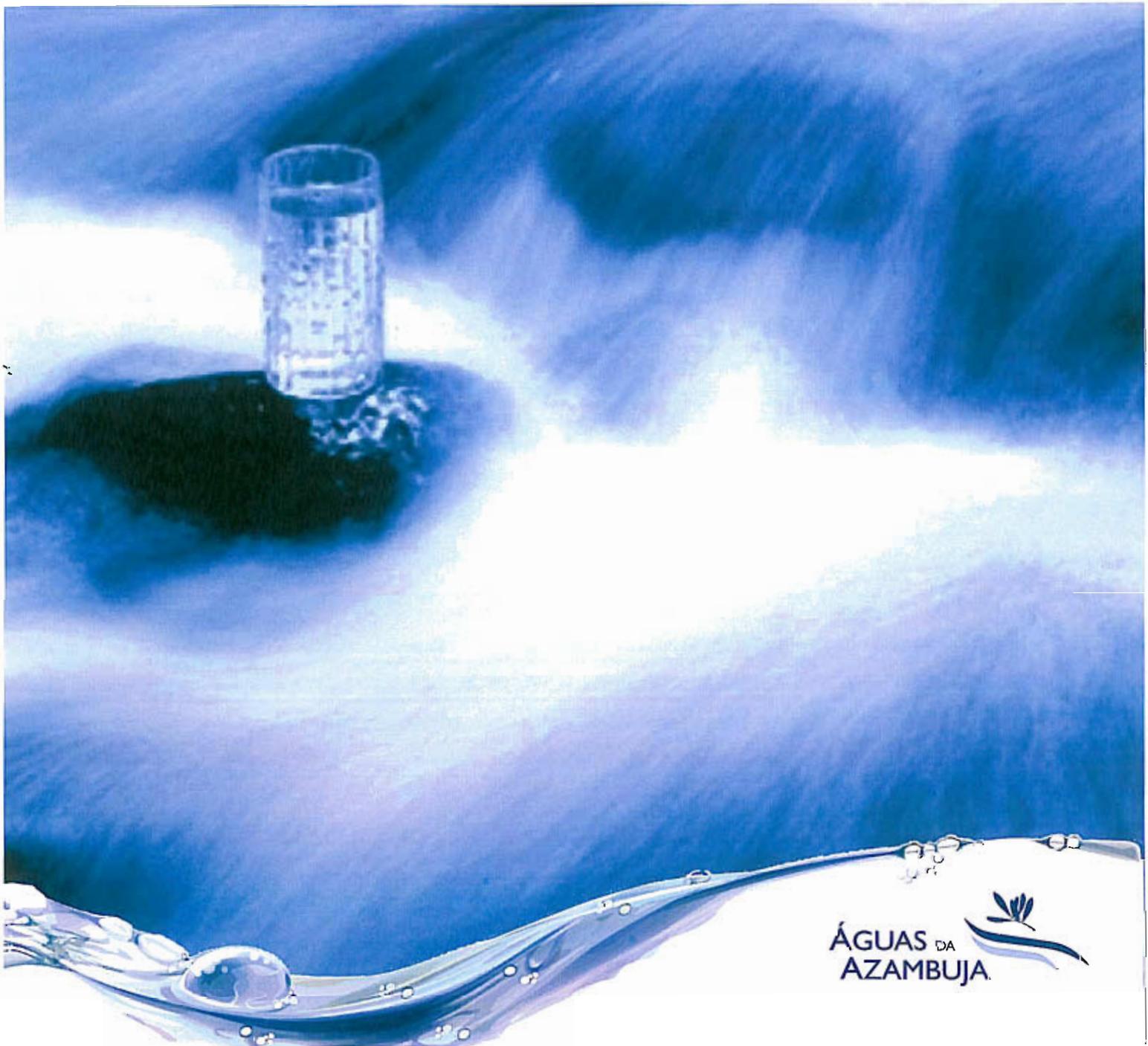
Indicadores

Os indicadores revelam o impacto dos resultados líquidos negativos que a empresa regista ao longo dos três anos.

Indicadores	2011	2012	2013	Var.
				p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(347,1%)	(1568,4%)	(2024,7%)	(456,3 p.p.)
Rentabilidade do Ativo (%)	(4,9%)	(6,7%)	(7,5%)	(0,80 p.p.)
Autonomia Financeira (%)	1,42%	0,43%	0,37%	(0,06 p.p.)
Solvabilidade (%)	1,44%	0,43%	0,37%	(0,06 p.p.)

p.p. - pontos percentuais

Perspetivas para o Futuro



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2014 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Conclusão das Obras previstas no Plano de Investimento, assegurado que estejam as condições de financiamento, os licenciamentos necessários e a definição dos sistemas na sua interligação alta/baixa;
- Melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com a consequente redução do volume de água perdida e do volume de água comprada;
- Melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de afluências indevidas;
- Otimização do Plano de Manutenção Preventiva da Infraestruturas;
- Aproximação aos grandes clientes;
- Operação do Sistema de Telegestão;
- Início do Processo de avaliação para Certificação (Qualidade, Ambiente e Segurança).



Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Aprovação e aplicação do princípio de faturação por caudais reais;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos devido à conjuntura económico-financeira e utilização de captações próprias;
- Finalização do processo de revisão do Contrato de Concessão e assinatura do aditamento ao Contrato de Concessão;
- Regularização da utilização das facilidades de desembolso garantidas pelo Contrato de Financiamento;
- Evolução legislativa para o setor, incluindo a reestruturação dos sistemas multimunicipais.

Considerações Finais



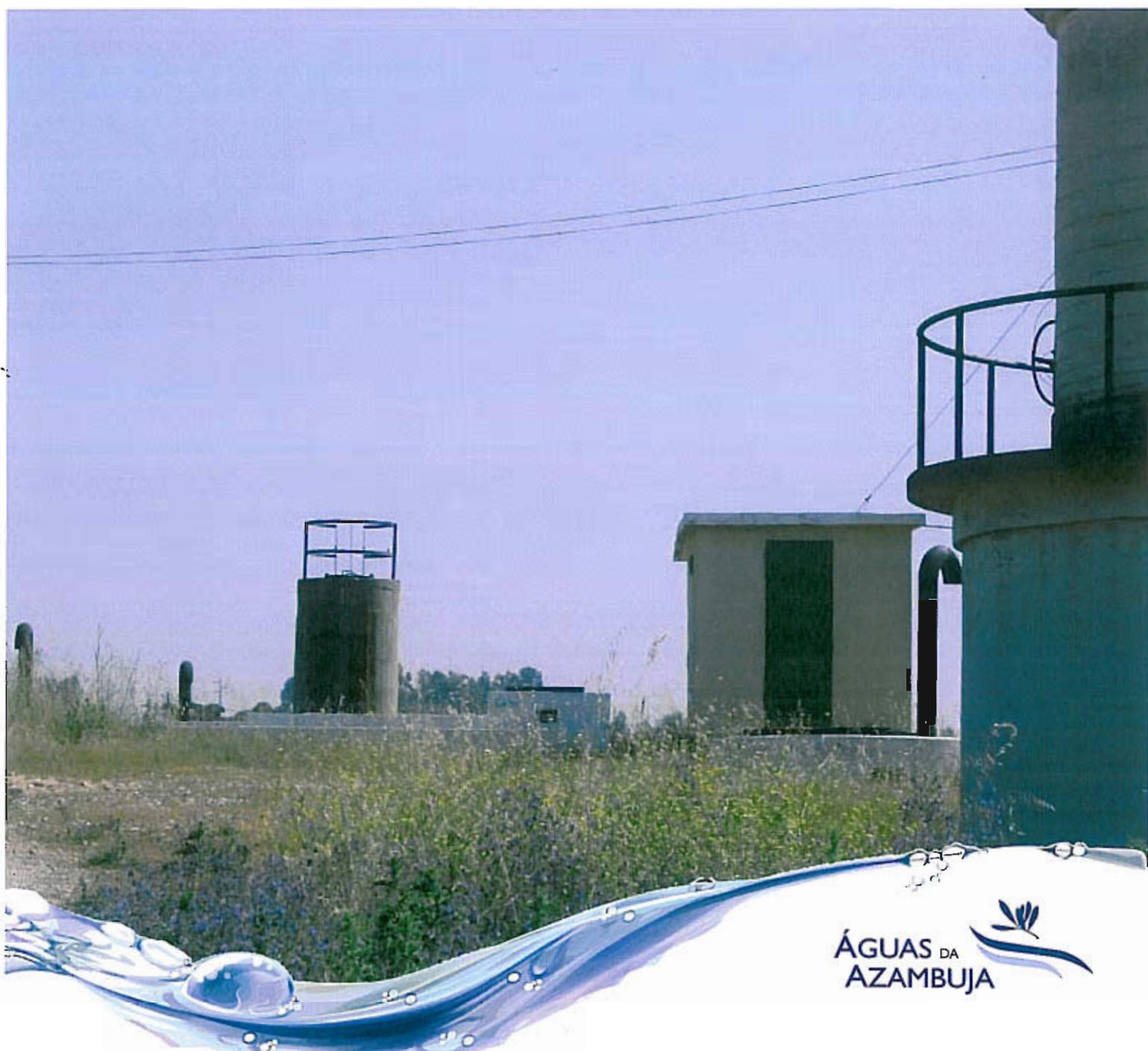
h
g
P.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2013, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- Os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- Os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECOBREJO – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- A Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções.

Outras Informações



P. 87

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2013;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2013;
- A sociedade não tem sucursais.

54

Proposta de Aplicação de Resultados



ÁGUAS DA
AZAMBUJA



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2013, no montante de 565.739 euros negativos, seja transferido para Resultados Transitados a inscrever na conta 56.

O Conselho de Administração



Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira



Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho



Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa

Handwritten initials or signature in the top right corner.

Contas do Exercício de 2013 e Respetivo Anexo



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Azambuja, S.A.

BALANÇO

31 de dezembro de 2013

Quantias em Euros

	Notas	31-12-2013	31-12-2012
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	52.747	64.756
Ativos Intangíveis	7	5.116.736	5.057.135
Ativos por Impostos Diferidos	12	47.747	95.946
		5.217.230	5.217.836
Ativo Corrente			
Inventários	9	55.452	69.994
Clientes	13	420.850	517.572
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	60.779	64.172
Acionistas/Sócios	13.6	1.017.500	637.000
Outras Contas a Receber	13.2	162.467	153.440
Diferimentos	15.2	60.510	91.866
Caixa e Depósitos Bancários	4	585.450	501.911
		2.363.008	2.035.956
Total do Ativo		7.580.238	7.253.792
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital	13.8	50.000	50.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1.675.000	1.220.000
Resultados Transitados	15.3	(998.622)	(513.989)
Ajustamentos em Ativos Financeiros	13.7	(132.697)	(240.478)
Resultados Líquidos do Período	15.3	(565.739)	(484.633)
Total do Capital Próprio		27.942	30.899
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	278.973	290.064
Financiamentos Obtidos	13.5	4.141.977	3.227.532
Passivos por Impostos Diferidos	12	8.991	17.983
Acionistas/Sócios	13.6	492.500	492.500
Outros Passivos Financeiros	13.7	175.890	327.318
Outras Contas a Pagar	13.4	555.203	567.553
		5.653.533	4.922.949
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.3	1.534.618	1.241.216
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	5.514	7.913
Outras Contas a Pagar	13.4	358.629	1.039.319
Diferimentos	15.2	-	11.495
		1.898.761	2.299.944
Total do Passivo		7.552.295	7.222.893
Total do Capital Próprio e Passivo		7.580.238	7.253.792

Conselho de Administração







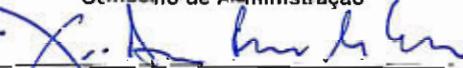
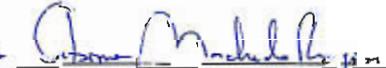
Técnico Oficial de Contas



Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período findo em 31 de dezembro de 2013

		Quantias em Euros	
	Notas	31-12-2013	31-12-2012
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	2.830.945	2.731.146
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	37.911	75.318
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(1.022.106)	(1.136.068)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1.627.122)	(1.608.082)
Gastos com o Pessoal	14	(210.857)	(208.497)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(45.223)	(15.722)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	47.478	32.493
Outros Rendimentos e Ganhos	15.5	47.578	134.121
Outros Gastos e Perdas	15.6	(60.842)	(45.415)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		(2.238)	(40.707)
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(126.182)	(84.796)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		(128.420)	(125.503)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	2.595	4.454
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(440.916)	(366.010)
Resultado antes de Impostos		(566.738)	(487.059)
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(1.001)	(2.426)
Resultado Líquido do Período		(565.739)	(484.633)

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas



Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 Período findo em 31 de dezembro de 2013

Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
1	50.000	760.000	(240.059)	(217.089)	(273.931)	78.921
2	-	-	(273.931)	-	273.931	-
	-	-	(273.931)	-	273.931	-
3	-	-	-	(23.389)	-	(23.389)
4	-	-	-	(23.389)	-	(23.389)
5=3+4	-	-	-	(484.633)	(484.633)	(484.633)
	-	460.000	-	-	(484.633)	(508.022)
6	-	460.000	-	-	-	460.000
7=1+2-3+4+6	50.000	1.220.000	(513.990)	(240.478)	(484.633)	30.899
7	50.000	1.220.000	(513.990)	(240.478)	(484.633)	30.899
8	-	-	(484.633)	-	484.633	-
	-	-	(484.633)	-	484.633	-
9	-	-	-	107.781	-	107.781
10	-	-	-	107.781	-	107.781
11=9+10	-	-	-	(565.739)	(565.739)	(565.739)
	-	-	-	-	(565.739)	(457.958)
12	-	455.000	-	-	-	455.000
	-	455.000	-	-	-	455.000
13=7+8+9+10+12	50.000	1.675.000	(998.623)	(132.697)	(565.739)	27.941

Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2013

	Quantias em Euros	
	31-12-2013	31-12-2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	3.756.256	3.664.358
Pagamentos a Fornecedores	(3.297.672)	(3.200.368)
Pagamentos ao Pessoal	(182.897)	(206.509)
Caixa gerada pelas operações	275.687	257.481
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(8.274)	(16.048)
Outros recebimentos / pagamentos	(29.536)	(9.955)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	237.876	231.478
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis		(1.948)
Ativos Intangíveis	(868.986)	(633.580)
	(868.986)	(635.529)
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	(868.986)	(635.529)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	829.459	588.351
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	74.500	143.000
	903.959	731.351
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(189.311)	(190.567)
	(189.311)	(190.567)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	714.649	540.785
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	83.539	136.735
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	501.911	365.177
Caixa e seus equivalentes no fim do período	585.450	501.911

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas



Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a large 'E' and a signature.

Águas da Azambuja, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

I. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. - 24,99%;
- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 0,01%.

Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infra-estruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

X
28/1
E.

No início desta concessão, parte das infra-estruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infra-estruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infra-estruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em Junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de Agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em Dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em Fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

O processo negocial que culminará na assinatura do aditamento ao Contrato de Concessão, cuja finalização se previa para o corrente ano de 2013, acabou por não ocorrer devido ao facto do ERSAR ainda não ter emitido o parecer sobre a revisão do Contrato de Concessão, entregue pela Águas da Azambuja/Município da Azambuja em fevereiro de 2013.

Espera-se que este processo seja concluído no decorrer de 2014, sendo o impacto nas contas prosetivo.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

As demonstrações financeiras de 2013 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Handwritten initials and marks in blue ink.

3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infra-estruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infra-estruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2013	2012
Equipamento Administrativo	10% - 33.33%	10% - 33.33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12.50%	12.50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

X
↓
P.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;

[Handwritten initials and signature]

- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, excepto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

[Handwritten signature and initials]

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2013	2012
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	2,35%	2,41%
Outros Ativos Intangíveis - Reversíveis	2,35%	2,41%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Propriedade Industrial

Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A amortização é efectuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infra-estruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente facturados nesse exercício e os efluentes a facturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 26,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 10 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 10 milhões de Euros, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 29,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas

[Handwritten signature and initials]

circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Custo médio
⁽¹⁾ - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo		

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;

[Handwritten signature and initials]

- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(h.4) Ajustamentos em ativos financeiros

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com a Caixa BI.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(i.1) Provisões para investimentos de substituição

O valor de 278.973 euros constante nesta rubrica, registado ao custo amortizado, é referente à constituição da provisão de Investimento de Substituição, o qual será utilizado para reparar e manter em bom estado de funcionamento os equipamentos utilizados na rede de abastecimento.

(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado, ao custo amortizado, na rubrica de Outros Passivos Financeiros.

(j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(j.3) Acionistas

Os empréstimos de acionistas encontram-se valorizados ao custo.

(j.4) Outras Contas a Pagar

Handwritten signature and initials in blue ink.

As outras contas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;

(j.5) Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais haja cobertura efetiva nos termos da NCRF 27 (com aplicação da IAS 39).

A Empresa celebrou um contrato de permuta de taxa de juro (interest rate swap), através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objetivo de efetuar cobertura económica dos seus empréstimos.

Os fluxos de juros resultantes dos swaps, a receber e a pagar, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico dos acréscimos; os resultados financeiros registados correspondem ao diferencial entre (i) a taxa de juro fixa contratada e (ii) a taxa de juro variável, aplicado ao “notional amount”, segundo os contratos de swap.

(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

X
R.

(m.1)Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2)Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício

[Handwritten signature and initials]

um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP).

(p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

[Handwritten signature and initials]

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

[Handwritten signature and initials]

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos

[Handwritten signature and initials]

pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2013	2012
Caixa	500	504
Depósitos à Ordem	584.950	501.407
	585.450	501.911

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	<i>Gestão de Participações</i>	<i>Lisboa</i>
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	<i>Tratamento de Águas Residuais</i>	<i>Prest. Serviços em vários locais do Continente</i>
<i>Pragosa Ambiente</i>	<i>Limpeza, recolha, transporte e valorização de</i>	<i>Batalha</i>

X
 21
 2.

<i>resíduos</i>		
<i>Construções Pragosa</i>	<i>Obras de construção civil</i>	<i>Batalha</i>
<i>Ecobrejo</i>	<i>Gestão de resíduos e do ambiente</i>	<i>Batalha</i>
<i>Luságua Lisboa</i>	<i>Distribuição de Água</i>	<i>Lisboa</i>
<i>Águas de Alenquer</i>	<i>Distribuição de Água</i>	<i>Alenquer</i>

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	<i>Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial</i>
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	-	<i>Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.</i>
<i>Ecobrejo</i>	-	<i>Assistência técnica.</i>
<i>Construções Pragosa</i>	-	<i>Obras de Construção Civil.</i>
<i>Pragosa Ambiente</i>	-	<i>Recolha e transporte de resíduos.</i>
<i>Luságua Lisboa</i>	<i>Material Hidráulico.</i>	-
<i>Águas de Alenquer</i>	<i>Material Hidráulico.</i>	-

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
<i>Aquapor Serviços</i>	<i>2013</i>	-	130.630	5.751	142.706	759.625	(369.375)
	<i>2012</i>	1.777	115.519	2.186	199.775	478.000	(369.375)
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	<i>2013</i>	-	17.776	-	12.464	-	-
	<i>2012</i>	-	51.721	-	64.023	-	-
<i>Ecobrejo</i>	<i>2013</i>	-	26.285	-	70.801	257.875	(123.125)
	<i>2012</i>	-	34.043	-	63.609	159.000	(123.125)
<i>Construções Pragosa</i>	<i>2013</i>	-	65.941	-	25.349	-	-
	<i>2012</i>	-	1.022.021	-	676.084	-	-
<i>Pragosa Ambiente</i>	<i>2013</i>	-	41.038	-	32.279	-	-
	<i>2012</i>	-	58.822	-	76.902	-	-

[Handwritten signature and initials]

	2013	380	-	468	-	-	-
Águas de Alenquer	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	2.737	-	-	-	-	-
Luságua Lisboa	2012	-	274	-	337	-	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2013	2012
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	44.887	48.281
Total de remunerações	44.887	48.281

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:					
1 de janeiro de 2012	1.763.992	1.164	539.578	1.547.641	3.852.373
Aquisições	558	-	348.578	1.012.469	1.361.605
Transferências	2.232.407	-	-	(2.232.407)	-
31 de dezembro de 2012	3.996.956	1.164	888.156	327.703	5.213.979
Aumentos	25.006	-	-	164.892	189.898
Transferências	350.387	-	-	(350.387)	-
Abates	(9.402)	-	-	-	(9.402)
31 de dezembro de 2013	4.362.947	1.164	888.156	142.208	5.394.475

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:					
1 de janeiro de 2012	66.645	841	35.035	-	102.518
Amortizações	31.602	323	22.398	-	54.323
31 de dezembro de 2012	98.247	1.164	57.433	-	156.844
Amortizações	93.004	-	21.169	-	114.173
Transferências	6.722	-	-	-	6.722
31 de dezembro de 2013	197.973	1.164	78.602	-	277.739

Valor líquido contabilístico:

A 31 de dezembro de 2013	4.164.974	-	809.554	142.208	5.116.736
A 31 de dezembro de 2012	3.898.709	-	830.723	327.703	5.057.135
A 1 de janeiro de 2012	1.697.347	323	504.543	1.547.641	3.749.854

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

8/1
R.

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Custo:				
1 de janeiro de 2012	57.259	57.675	5.391	120.325
Aumentos	-	674	910	1.584
31 de dezembro de 2012	57.259	58.349	6.301	121.909
31 de dezembro de 2013	57.259	58.349	6.301	121.909
Amortizações e Imparidade:				
1 de janeiro de 2012	14.150	25.992	2.548	42.690
Amortizações	5.726	7.584	1.154	14.463
31 de dezembro de 2012	19.875	33.576	3.702	57.153
Amortizações	5.726	5.223	1.060	12.009
31 de dezembro de 2013	25.601	38.799	4.762	69.162
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de dezembro de 2013	31.658	19.550	1.539	52.747
A 31 de dezembro de 2012	37.383	24.773	2.599	64.756
A 1 de janeiro de 2012	43.109	31.683	2.843	77.635

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2013	2012
4 contratos de aluguer de viaturas	696	11.086
	696	11.086

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2013	2012
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	696	10.389
Mais de um ano e não mais de cinco anos	-	696
Total dos Pagamentos	696	11.086

9. Inventários

[Handwritten signature and initials]

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2013	2012
Matérias primas, Subs. e de Consumo	55.452	69.994
	55.452	69.994

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de janeiro de 2012	74.317
Compras	1.126.857
Regularização de inventários	4.888
Existências em 31 de dezembro de 2012	(69.994)
	CMVMC 1.136.068
Existências em 1 de janeiro de 2013	69.994
Compras	1.009.567
Regularização de inventários	(2.003)
Existências em 31 de dezembro de 2013	(55.452)
	CMVMC 1.022.106

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2013	2012
Vendas		
Mercadorias	3.839	6.394
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1.598.127	1.570.713
Quota Serviço Água	678.403	632.768
	2.280.369	2.209.875
Prestações de Serviços		
Diversos	118.519	140.390
Venda de Saneamento	432.057	380.881
	550.576	521.271
	2.830.945	2.731.146

[Handwritten signatures and initials]

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

II. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição
A 1 de janeiro de 2012	291.380
Reversões do ano	(32.493)
Ajustamento temporal	31.178
A 31 de dezembro de 2012	<u>290.065</u>
A 1 de janeiro de 2013	290.065
Reversões do ano	(47.478)
Ajustamento temporal	36.387
A 31 de dezembro de 2013	<u>278.973</u>

Nas contas da Empresa a 31 de dezembro de 2013 não se encontra registado o montante de 1.330.612 Euros relativo a dívida à entidade Águas do Oeste pelo motivo de se ter efetuado contestação ao valor debitado por aquela entidade.

12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2013	2012
Imposto Corrente		
IRC do ano	3.437	2.012
	<u>3.437</u>	<u>2.012</u>
Imposto Diferido		
Outros movimentos	(4.438)	(4.438)
	<u>(4.438)</u>	<u>(4.438)</u>

(1.001) (2.426)

Não foram reconhecidos no ano quaisquer ajustamentos de impostos correntes de exercícios anteriores.

Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos, pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes de impostos	(566.739)	(487.059)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,5%	26,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	(150.186)	(129.071)	26,50%	26,50%
Proveitos não tributáveis				
Variações patrimoniais positivas	18.363			
Variações patrimoniais negativas	1.616	1.616		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	47.478	32.493		
	49.094	34.109	2,30%	1,86%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Variações patrimoniais positivas		18.363		
Multas, coimas e juros compensatórios	202	19.978		
Créditos incobráveis		437		
Provisões para além limites legais	33.618	16.217		
Outros	3.460	3.320		
	37.279	58.314	1,74%	3,17%
Lucro tributável	(578.554)	(462.853)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Imposto calculado			0,00%	0,00%
Tributação autónoma	3.437	2.012	(0,61%)	(1,56%)
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(4.438)	(4.438)	0,78%	2,02%
	(1.001)	(2.426)	0,18%	0,45%
Imposto sobre o rendimento	(1.001)	(2.426)	0,18%	0,45%

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Impostos Diferidos Passivos						
Ajustamentos de transição para o SNC						
Integração Património e Bens Adquiridos (Eq. Básico) e Amortizações	7.547	15.094	(7.547)	(7.547)	-	-
Integração Património e	398	795	(398)	(398)	-	-

[Handwritten signature]

Bens Adquiridos (Edifícios)						
Valor da Renda Reconhecida em 2012	1.047	2.094	(1.047)	(1.047)	-	-
Subtotal	8.992	17.983	(8.991)	(8.991)	-	-
Impostos Diferidos Ativos						
Ajustamentos de transição para o SNC						
Subsídio	4.416	8.833	(4.417)	(4.417)	-	-
Custo Amortizado	136	273	(137)	(137)	-	-
SWAP	43.194	86.839	-	-	(43.645)	(8.469)
Subtotal	47.747	95.946	(3.916)	(3.915)	(43.645)	(8.469)
			(4.437)	(4.437)	(43.645)	(8.469)

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2013	2012
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		492.062	543.562
Imparidade		(71.213)	(25.990)
		<u>420.850</u>	<u>517.572</u>
Accionistas			
Outras contas a receber		1.017.500	637.000
		<u>162.467</u>	<u>153.440</u>
		1.600.817	1.308.012
Instrumentos Financeiros Passivos		2013	2012
Não corrente			
Financiamentos obtidos			
Accionistas		4.141.977	3.227.532
Outras contas a pagar		492.500	492.500
		<u>555.203</u>	<u>567.553</u>
		5.189.680	4.287.585
Corrente			
Fornecedores			
Outras contas a pagar		1.606.685	1.241.216
		<u>358.629</u>	<u>1.039.319</u>
		1.965.314	2.280.535
		7.154.994	6.568.120
Instrumentos Financeiros Derivados		2013	2012
Outros passivos financeiros			
Swap		175.890	327.318
		<u>175.890</u>	<u>327.318</u>

X
D
E

Instrumentos Financeiros de Capital	2013	2012
Capital	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital		
Prestações suplementares	1.675.000	1.220.000
	1.725.000	1.270.000

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2013	492.062	272.746	74.676	5.450	3.574	(1.485)	91.756
Ano 2012	543.562	344.368	80.969	7.606	7.004	9.151	94.464

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Saldo Final
Exercício de 2013			
Clientes	25.990	45.223	71.213
	25.990	45.223	71.213
Exercício de 2012			
Clientes	10.267	15.722	25.990
	10.267	15.722	25.990

13.2 Outras Contas a Receber

O saldo de Outras Contas a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	136.267	117.915

Handwritten initials and marks in the top right corner.

	Saneamento	25.201	23.236
	Outros	-	2.899
Devedores diversos		-	9.390
Cauções de Fornecedores		1.000	-
		162.467	153.440

13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Fornecedores		
Nacionais	1.322.696	888.204
Entidades relacionadas	211.923	351.717
Fatura recepção e conferência	-	1.295
	1.534.618	1.241.216

13.4 Outras Contas a Pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	555.203	567.553
	555.203	567.553
Outras contas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	34.284	756.240
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	26.446	35.680
Juros	150.222	116.202
Fornecimentos e serviços por facturar	295	2.794
Diversos	82.347	24.218
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	41.902	81.484
Renda de concessão	23.133	22.702
	358.629	1.039.319
	913.832	1.606.872

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	Taxa Juros Efectiva	Maturidade	2013	2012
Não correntes				

Handwritten signature and initials in blue ink.

Empréstimos bancários				
CGDI	Euribor 6M	20-05-2009 a 24-08-2014	4.141.977	3.227.532
			4.141.977	3.227.532

13.6 Acionistas

O saldo de Acionistas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Acionistas - Outras operações Ativas	1.017.500	637.000
Acionistas - Outras operações Passivas	(492.500)	(492.500)
	525.000	144.500

13.7 Outros Passivos Financeiros

O saldo de Outros Passivos Financeiros decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Derivados com cobertura eficaz		
"Swap" de taxa de juro variável	175.890	327.318
	175.890	327.318

No âmbito da gestão operacional da sua atividade, a Águas da Azambuja, S.A. contratou um financiamento a taxa de juro variável, com a Caixa Geral de Depósitos BI, e utiliza o contrato de permuta de taxa de juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até 24 de fevereiro de 2015. A empresa Águas da Azambuja, S.A. pretendeu assim cobrir o risco de taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013, a empresa apresenta um contrato de permuta de taxa de juro variável por taxa fixa com a CGD BI, como se segue:

O notional do contrato de swap em 31 de dezembro de 2013 ascende a 4.343.472 euros (2012: 5.274.000 euros) e o correspondente justo valor (valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap), àquela data, é de cerca de 175.890 euros (2012: 327.318 euros) a favor da entidade bancária.

O justo valor do swap refletido na rubrica de Capital Próprio, líquido de Imposto Diferido é de 132.797 euros

As quantias resultantes da alteração de justo valor de instrumentos de cobertura que foram reconhecidas no capital próprio durante o período são as indicadas no quadro seguinte:

Ano de 2013	2012	Variação de justo valor	2013
Ajustamentos em activos e passivos financeiros			

Handwritten signature and initials

Varição em Passivos

Derivados com cobertura eficaz "Swap's" de taxa de juro variável	327.317	(151.427)	175.890
Imposto Diferido	(86.739)	43.646	(43.093)
	240.578	(107.781)	132.797

Ano de 2012	2011	Varição de justo valor	2012
Ajustamentos em activos e passivos financeiros			
Varição em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz "Swap's" de taxa de juro variável	295.360	31.958	327.317
Imposto Diferido	(78.270)	(8.469)	(86.739)
	217.090	23.489	240.578

13.8 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2013	2012
Capital social nominal emitido	50.000	50.000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37.490	37.490
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	12.495	12.495
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	5	5
	50.000	50.000
Capital por realizar	-	-

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.9 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2012:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2501.00223 7.093	CGD	3.500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2501.00259 0.693	CGD	5.000	Obras na Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Abertura Vala EN1 do Km57+300 ao Km 57+445
2501.00260	CGD	5.000	Obras Via	EP - Estradas	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km

9.093			Pública	de Portugal	4+630D
2501.00260			Obras Via	EP - Estradas	Obra EN1 do Km 60+422 ao Km
8.293	CGD	14.100	Pública	de Portugal	60+737-D e E
508 660	Caixa BI	1.000.000	Concessão	Azambuja	Contrato de Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento em Projet, celebrado com a Caixa BI, uma garantia bancária no montante de 6.500.000 Euros.

Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que ascendem a cerca de 2.278.814 Euros.

13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - ▶ Risco de taxa de juro
 - ▶ Risco de taxa de câmbio
 - ▶ Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

[Handwritten signature and initials]

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

A Empresa tem contratado um contrato de Swap por forma a mitigar o risco de taxa de juro.

A evolução nas taxas de juro foi a seguinte:

Evolução das taxas do mercado monetário na zona Euro	2013	2012
Euribor 12M	0,556%	0,542%
Euribor 6M	0,389%	0,320%
Euribor 3M	0,287%	0,187%

Fonte: Banco BPI

De forma a gerir o risco de taxa de juro, a Empresa procura manter uma carteira variada de empréstimos concedidos e obtidos de taxa de juro fixa e de taxa variável. A contratação efetiva é a indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Taxa variável	0,34%	0,58%
Taxa fixa	3,21%	3,21%

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

Handwritten signature and initials

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos, na linha inferior aos 250.000 euros.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2013	2012
Remunerações do Pessoal	164.746	168.039
Indemnizações	1.489	-
Encargos sobre Remunerações	35.101	36.680
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2.073	1.082
Gastos de acção social	6.122	5.973
Outros gastos com o Pessoal	1.326	(3.276)
	210.857	208.497

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2013 foi de 11 (2012: 11 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Saldo a Receber		
Imposto sobre o Rendimento	15.435	12.610
IVA	45.344	51.562
	60.779	64.172

[Handwritten signature]
P.

Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	-	2.012
Retenções Imposto sobre Rendimento	1.843	1.913
Contribuição para a Segurança Social	3.671	3.988
	<u>5.514</u>	<u>7.913</u>

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2013	2012
Gastos a reconhecer		
Seguros	41	-
Rendas	1.928	1.909
Encargos Bancários	58.541	89.957
	<u>60.510</u>	<u>91.866</u>

Os rendimento a reconhecer discriminam-se como se segue:

	2013	2012
Rendimentos a reconhecer		
Subsídio	-	11.495
	<u>-</u>	<u>11.495</u>

15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2012	(240.059)	(273.931)	(513.990)
Ajustamentos de Transição	-	-	-
	<u>(240.059)</u>	<u>(273.931)</u>	<u>(513.990)</u>
Remanescente da aplicação de Resultados	(273.931)	273.931	-
Resultado do ano	-	(484.633)	(484.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(513.989)</u>	<u>(484.633)</u>	<u>(998.622)</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2013	(513.990)	(484.633)	(998.623)
Remanescente da aplicação de Resultados	(484.633)	484.633	-
Resultado do ano	-	(565.739)	(565.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(998.622)</u>	<u>(565.739)</u>	<u>(1.564.361)</u>

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

X
D
E.

	2013	2012
Subcontratos	149.010	271.359
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	1.172.987	1.077.541
Publicidade e propaganda	-	1.135
Vigilância e segurança	1.391	1.562
Honorários	2.600	2.400
Comissões	1.200	1.310
Conservação e reparação	16.275	17.084
Outros Serviços Especializados	878	2.518
Materiais		
Ferramentas e utensílios	364	672
Livros e documentação técnica	20	20
Material de escritório	2.561	2.222
Energia e Fluidos		
Electricidade	21.673	26.668
Combustíveis	15.235	17.093
AGUA	73.332	6.832
Outros Fluidos	388	243
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	1.330	2.192
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	55.083	49.942
Comunicação	57.866	55.550
Seguros	10.326	13.281
Contencioso e notariado	6.225	18.244
Despesas de representação	109	102
Limpeza, higiene e conforto	4.352	7.548
Outros	33.919	32.564
	1.627.122	1.608.082

15.5 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Rendimentos Suplementares		
TRH	22.791	51.994
Outros	4.110	69.446
Ganhos em Inventários	8.302	9.081
Imputação de Subsídios para Investimentos (Nota 23)	2.105	3.600
Outros não Especificados	10.270	-
	47.578	134.121

15.6 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012

[Handwritten signatures and initials]

Impostos	50.334	40.621
Dívidas incobráveis	-	437
Perdas em Inventários	10.305	4.192
Outros Não Especificados	202	164
	60.842	45.415

15.7 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	12.009	14.463
Ativos Intangíveis	114.173	70.332
	126.182	84.796

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Juros Obtidos		
Atraso de pagamento de clientes	2.595	4.454
	2.595	4.454

15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	196.243	194.024
Empresas de grupo	14.212	18.458
Mora e Compensatórios	33.820	19.978
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	111.832	56.855
Serviços Bancários	10.428	15.150
Comissões Garantias	9.452	9.616
IPC Renda Concedente	11.214	20.922
Trabalhos para própria empresa	-	-
Outros	53.715	31.008
	440.916	366.010

15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

[Handwritten signatures and initials]

	2013	2012
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	37.911	75.318
	<u>37.911</u>	<u>75.318</u>

16. Aspetos Ambientais

Em 2013 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2013 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 28 de março de 2014.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

Após encerramento das contas da empresa há a registar o facto do nosso fornecedor Águas do Oeste, SA ter interposto à Empresa na data de 24/02/2014, uma Ação Administrativa Comum no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no valor de 601.538 Euros motivado pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2011.

Já em 01/02/2013 o nosso fornecedor Águas do Oeste, SA levantou um processo de injunção contra a Águas da Azambuja, SA no valor de 730.148 Euros motivado pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010.

A Águas da Azambuja apresentou em 2 de abril de 2014 uma contestação aos valores reclamados, alegando a ilegalidade na aplicação dos mínimos no Contrato de Concessão.

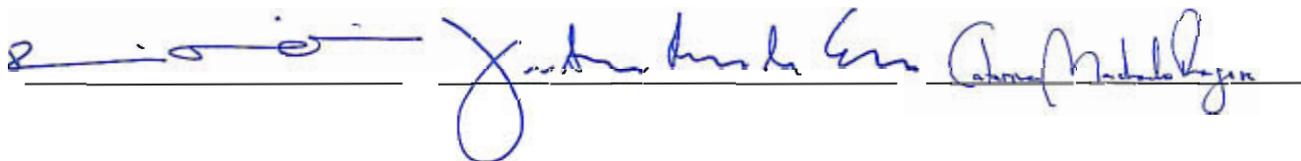
Também no decorrer de 2013 a Águas da Azambuja, SA apresentou oposição fundamentada no facto de a Águas do Oeste, SA não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja. Sobre este processo a Águas da Azambuja, SA apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

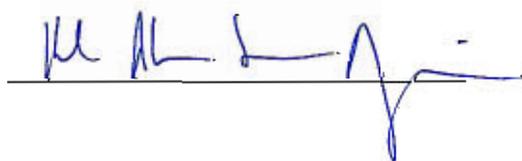
- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2013, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota I deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2013, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2014, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Three handwritten signatures in blue ink are positioned above a horizontal line. The signatures are stylized and difficult to read, but they represent the members of the Board of Directors.

Técnico Oficial de Contas



A single handwritten signature in blue ink is positioned above a horizontal line, representing the Accounting Officer.

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Azambuja, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 7.580.238 Euros e um total de capital próprio de 27.942 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 565.739 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas da Azambuja, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido no Relatório de Gestão e na Nota 1 do Anexo, a Empresa ter apresentado à Câmara Municipal de Azambuja, em Junho de 2011, um pedido de revisão do Contrato de Concessão do qual resultou, após um processo negocial, uma proposta de aditamento que aguarda parecer da Entidade Reguladora.

Lisboa, 23 de Abril de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Azambuja, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da Empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos accionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Águas da Azambuja, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2013 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2013 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de Dezembro de 2013, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 23 de Abril de 2014

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)